



Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina
Filiado à FENAJUFE
Rua dos Ilhéus, 118
Sobreloja, sala 3
Edifício Jorge Daux
CEP 88010-560
Centro - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48) 3222-4668
imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br
Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 2.500 exemplares

Unidade na luta para garantir e ampliar direitos

Reajuste anual e plano de carreira são prioridades para 2014

Míriam Abreu



Congresso do SINTRAJUSC reuniu cerca de 40 delegados e definiu a pauta de reivindicações para os próximos anos

CNJ quer impor PJe a todo Judiciário

Página 6

Reenquadramento

Pressão por retroativo nos Tribunais

Tribunais estão fazendo o pagamento, mas não há garantia dos atrasados ainda em 2013

Os servidores das três Justiças em SC recebem em novembro os valores referentes ao reenquadramento. O pagamento dos retroativos dependerá de liberação de verba. O TSE está realizando levantamento dos impactos financeiros dessa demanda na JE. O TRT-SC aguarda repasse do CSJT.

A direção do Foro também já remeteu ao TRF4 o cálculo dos valores dos atrasados, que foram encaminhados ao CJF, o qual aguarda resposta sobre o pedido de crédito suplementar para o pagamento. A informação foi dada pela diretora do Foro, juíza Luísa Hickel Gambá, aos coordenadores do SINTRAJUSC Sérgio Murilo de Souza e Paulo Roberto Koinski.

Segundo ela, o valor dos atrasados para os servidores em SC gira em torno de R\$ 4 milhões. A expectativa é que o retroativo seja pago ainda em 2013. Se isso não acontecer, o valor irá entrar para Despesa de Exercício Anterior. Nesse caso, ficará na fila, na dependência de disponibilidade orçamentária. O Sindicato atuará junto aos Conselhos para agilizar o pagamento.

O coordenador Sérgio observou que a luta pelo reenquadramento beneficia boa parte dos servidores, em especial os que entraram no Judiciário nos últimos anos. Nesse sentido, a diretora do Foro informou que foi prorrogado prazo em mais 180 dias para quem precisasse completar horas de capacitação para buscar progressão. Apenas dois servidores, porém, se enquadraram nesse caso e precisaram do prazo.

Remoções pagas

Sobre as remoções, a juíza disse que a JF está pagando a ajuda de custo, que varia de 1 a 3 salários cheios, referentes às duas últimas rodadas deste

ano. O pagamento está sendo feito com sobras orçamentárias. Agora serão abertas novas remoções, mas, como os servidores só iniciarão o trabalho em janeiro, esses valores serão pagos dentro do orçamento do ano que vem.

Exames periódicos em estudo

Sobre a implementação do Programa de Exames Periódicos de Saúde (EPS), a diretora do Foro disse que o assunto ainda está em estudo, sendo que, nos dias 28 e 29, haverá um encontro de juízes e diretores de secretaria que irá debater temas como saúde e EPS, processo eletrônico e teletrabalho.

A Justiça Federal da 4ª Região, pela Resolução 106, de 17 de junho de 2013, instituiu o EPS para a promoção, prevenção e acompanhamento da saúde de servidores e magistrados. O programa foi recomendado pela comissão instituída pela Portaria 1.035, de 13 de setembro de 2011, que estuda os impactos do sistema de processo eletrônico e-Proc, e era uma luta do SINTRAJUSC. Um dos pontos da regulamentação será como garantir o atendimento dos servidores fora da Capital.

A diretora do Foro ressaltou, na reunião, que já há uma série de estudos sobre a relação entre saúde, metas e processo eletrônico, porém faltam ações concretas. Nesse sentido, a JF está renovando e ampliando o contrato de ginástica laboral e de quick massagem. Os coordenadores Sérgio e Koinski ressaltaram a importância de estudos e ações mais amplas na área de saúde, especialmente em um contexto no qual jovens servidores, recém ingressos no serviço público, serão atingidos pelo impacto do processo eletrônico durante longo período de sua vida laboral.

Miriam Abreu



Homenagem aos aposentados

O Coordenador do SINTRAJUSC Sérgio Murilo de Souza participou da 6ª Cerimônia de Desligamento no TRT-SC, realizada no dia 8, para homenagear servidores que se aposentaram de novembro de 2012 a outubro de 2013.

O SINTRAJUSC reafirma o compromisso de sempre lutar pela isonomia entre ativos e aposentados, além de se engajar na campanha pela revogação da reforma da previdência, o que é fundamental para os colegas aposentados, que hoje, por força dessa reforma, têm desconto previdenciário mensalmente no salário.

Convidamos os colegas a participarem das lutas dos aposentados e da categoria. Juntos somos mais fortes. Parabéns a todos!

Em outubro, quando o SINTRAJUSC fez seu VII Congresso em outubro, foi aprovado que o evento tivesse o nome de Maria do Carmo Herculano, servidora falecida que, tanto na ativa quanto aposentada, participava ativamente das lutas da categoria. Maria do Carmo, a Carmem, sempre presente em nossa categoria!

2014 irá exigir luta unificada dos servidores federais

Míriam Abreu

O SINTRAJUSC fez seu VII Congresso em outubro. Veja nessa e nas próximas páginas a análise da situação dos servidores do Judiciário e o plano de lutas aprovado pela categoria.



1. A nossa luta pelo PCS4 se deu no início e meio da atual crise econômica internacional, em que os governos de diversos países, especialmente os europeus e os Estados Unidos, literalmente torraram trilhões de dólares para socorrer bancos e grandes empresas. Isso teve como consequência os vários ataques aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos desses países. É o outro lado da moeda, a conta é sempre mandada para o povo trabalhador pagar. Os banqueiros e os mega-empresários no geral continuam vivendo muito bem, obrigado. No Brasil, ainda no governo Lula, vivemos uma lógica muito parecida, em que foram ofertadas várias isenções fiscais de grandes empresas como as montadoras de automóveis e empréstimos bilionários com “juros” subsidiados por instituições públicas como o BNDES para empresários como Eike Batista e para os meios de comunicação.

2. O governo Dilma tem gasto cerca de 43% do orçamento federal só para pagar juros e serviços das dívidas interna e externa. Estes valores seriam suficientes para aumentar em várias vezes os valores destinados à saúde e educação, o que permitiria termos serviços públicos

de altíssima qualidade nestas áreas, e significaria a libertação da chamada classe média em relação aos planos de saúde e mensalidades escolares. Em economia não existe milagres: essas políticas governamentais levam à falta de verbas para os nossos serviços públicos e para reajustar os salários dos servidores.

3. Na Europa, onde a crise foi mais profunda e a classe trabalhadora e a juventude tem uma longa tradição de lutas e de organização sindical, se dão embates duríssimos com os governos de turno. São inúmeras greves gerais e manifestações gigantescas, especialmente na Grécia, Espanha, Portugal, Itália e Inglaterra. A aplicação dos planos neoliberais na Europa, agora com a desculpa da crise, permitiram os governos de turno golpear a fundo o chamado “estado de bem-estar social”. Mas o fundamental é que na Europa as lutas seguem e questionam cada vez mais os seus governos.

4. No outro lado do Mar Mediterrâneo, nos países do norte da África

e no Oriente Médio, a chamada Primavera Árabe segue, agora com embates duríssimos com os seus respectivos governos e regimes, seja com manifestações, greves e até com guerras civis. Há relatos de inúmeras greves nos países orientais, inclusive na imensa China. Na Índia assistimos pela televisão as manifestações de mulheres contra a violência, estupros, exigindo a punição dos culpados por tais práticas.

5. Na América Latina são inúmeras lutas e greves. Mesmo nos países em que há crescimento econômico, ele se dá através da intensificação da exploração da classe trabalhadora. Aqui no Brasil não faltam motivos para nos rebelarmos. Só para citar um único e gravíssimo caso: o governo Dilma leiloou (entregando para as multinacionais), no dia 21 de outubro de 2013, a maior reserva de petróleo do pré-sal, o chamado campo de Libra.

6. Olhando um pouco a nossa conjuntura nacional: ano passado a política do governo Dilma/PT era de

Congresso

reajuste zero para o conjunto dos servidores. A sua ministra Ideli Salvatti já tinha sido uma das proponentes do PL 549/09 que, se aprovado, significará 10 anos de congelamento salarial. Naquele momento as pesquisas de opinião davam algo em torno de 79% de popularidade para o governo, a mídia estava toda com Dilma e até mesmo os ditos grandes partidos de oposição de direita, como o PSDB e DEM, faziam críticas no âmbito dos discursos, mas na prática votavam em tudo que significasse privatização ou perda de direitos com a base do governo. Basta lembrar da aprovação da criação da EBSEH, que permite a privatização dos hospitais universitários, com a terceirização das suas contratações e dispensa de se fazer compras através de licitações. Talvez o caso mais emblemático seja o processo de votação do FUNPRESP, que durou apenas dois dias no Senado. Isso num contexto mundial em que os bancos, seguradoras e empresas de previdência privada tem quebrado nos Estados Unidos, Europa, Chile, Argentina, entre outros.

7. Na esteira da resistência desses duros ataques é que estouraram inúmeras greves de servidores públicos federais, a começar pelos professores universitários liderados pelo seu sindicato nacional, o ANDES. Essas inúmeras greves, apesar de serem fragmentadas por categorias do funcionalismo, com reivindicações e negociações específicas, pelo simples fato de ocorrerem quase que simultaneamente e com manifestações, passeatas e atos conjuntos permitiram impactar a situação política do país. A grande mídia teve de divulgar diariamente as greves e o governo amargou uma queda de 7 a 8% em várias capitais em agosto de

2012, bem na “antevéspera” das eleições municipais. Frente a tudo isso o governo Dilma/PT teve, mesmo que a contragosto, oferecer alguma coisa para poder terminar com os processos grevistas. Foram os famosos 15,8% parcelados em três anos.

8. O que temos hoje é uma conjuntura nacional bem distinta daquela que se tinha até maio desse ano. Ocorreram as manifestações de junho, que colocaram centenas de milhares, talvez milhões, nas ruas. A indignação pelos gastos com as obras da Copa do Mundo, contrastando com os péssimos serviços públicos e a violentíssima repressão fei-

Na América Latina são inúmeras lutas e greves. Mesmo nos países em que há crescimento econômico, ele se dá através da intensificação da exploração da classe trabalhadora. Aqui no Brasil não faltam motivos para nos rebelarmos.

ta contra as manifestações pelo passe livre em São Paulo e no Rio de Janeiro, feita pelos governos de Geraldo Alckmin (PSDB) e de Sérgio Cabral (PMDB), levou centenas de milhares a se manifestarem pela primeira vez na vida. Alguma coisa tinha mudado no Brasil naquele momento! Como resultado das manifestações, as passagens de ônibus baixaram em 50 cidades, geralmente as maiores, o que impactou para baixo a inflação de julho. A popularidade de Dilma e de vários governadores despencou, o que deixou os governos na defensiva e no princípio até com medo de reprimir as manifestações. Renan Calheiros, à frente do Senado, tentou fazer uma pauta “positiva” para acalmar os ânimos... Temos a obrigação de apro-

veitar essa nova conjuntura para organizarmos, de forma conjunta com os demais servidores públicos federais, uma forte campanha de mobilizações com atos e manifestações, paralisações e greve com pauta e negociação unificada desta vez!

9. As principais bandeiras da unificação, ao nosso ver, devem ser a luta pela data-base (reposição anual dos salários), a antecipação da última parcela dos 5%, pela revogação da reforma da previdência de Lula, a valorização dos serviços públicos, contra as privatizações e terceirizações dos serviços, contra o assédio moral, entre outras. Vai ser uma oportunidade histórica para recuperarmos direitos que nos foram cortados na época de Fernando Henrique Cardoso, em particular para o movimento dos servidores federais, como as liberações sindicais a que todos os sindicatos do setor tinham direito com ônus para o tesouro. Essa é uma questão relativamente simples, que na prática não faz diferença nenhuma no orçamento da União, mas nem o Lula, em seus dois mandatos, aceitou conceder para não fortalecer os sindicatos e a organização dos trabalhadores do setor público!

10. Vai ser uma oportunidade única de questionar as diretrizes neoliberais das cúpulas do Judiciário. Vamos poder exigir coerência do STF que, ao julgar o processo do “mensalão”, tem que anular agora a reforma da previdência de Lula, inclusive parando o desconto para o INSS dos colegas aposentados! Paralelamente a tudo isso temos que tocar as discussões e luta pelo nosso plano de carreira, contra o sucateamento da justiça do trabalho, a luta por saúde laboral e contra todas as formas de assédio.

Veja o que foi aprovado pelos delegados no Congresso do SINTRAJUSC:

Conjuntura e Plano de Lutas

- luta unificada com todas as categorias de servidores federais pela data-base;
- pela antecipação da última parcela dos 5%;
- pela anulação da reforma da previdência - reforma comprada tem de ser anulada;
- pela volta das liberações sindicais com ônus pelo tesouro;
- contra o Funpresp;
- não aos leilões/privatizações dos poços de petróleo;
- contra as privatizações/tercerizações de serviços públicos como os HUs e demais hospitais;
- não ao sucateamento da justiça do trabalho: em defesa dos direitos da classe trabalhadora;
- pela suspensão imediata do PTe-JT do CSJT/CNJ;
- por um plano de carreira que valorize os servidores;
- por uma campanha em defesa da saúde dos servidores;
- por lotações adequadas nos locais de serviço. Não à precarização das condições de trabalho;
- por uma campanha contra o assédio moral e as metas produtivistas;
- luta pela isonômica e imediata implantação do reenquadramento;
- contra todas as formas de discriminação e opressão. Começar a discutir esse tema na categoria;
- realização de seminário específico sobre carreira no primeiro semestre de 2014;
- que se inicie, junto à categoria, a discussão sobre as centrais sindicais.

Saúde e processo eletrônico

- elaboração de uma pauta nacional de saúde do trabalhador do judiciário

rio federal compreendendo várias áreas de atuação como:

- .atuação diante dos Conselhos em relação à elaboração de metas;
- .a discussão da jornada de trabalho considerando o processo de informatização;
- .o assédio moral;
- .a lotação ideal em cada local de trabalho;
- .as questões ergonômicas;
- .a redução da jornada de trabalho para seis horas;
- .LER/DORT (lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionadas ao trabalho);
- .doenças e sintomas psíquicos relacionadas ao trabalho;
- criação de uma comissão para acompanhar e divulgar casos de assédio moral e elaborar campanhas neste sentido;
- elaboração de estudo técnico de cada meta e suas consequências na saúde do trabalhador do Judiciário Federal;
- ações pela pausa de dez minutos a cada cinquenta trabalhados. No TRF4 já há resolução recomendando a pausa;
- pesquisa de saúde laboral com critérios científicos rígidos, para podermos cobrar dos conselhos a adequação das metas por eles já estipuladas e as futuras metas;
- cobrança junto aos tribunais superiores, especialmente o STF, pelo preenchimento dos cargos vagos, e atualização do quadro conforme crescimento vegetativo do Judiciário Federal considerando as novas competências;
- combate às resoluções que reduzem cada vez mais o número de servidores tendo como único argumento a instalação do processo eletrônico.
- pela imediata suspensão do PJe-JT já implantado no âmbito da Justiça do Trabalho de Santa Catarina e em novas Unidades com implantação programada;

- pela retomada da implantação somente quando o PJe-JT atingir um nível de desenvolvimento aceito como satisfatório por representantes legítimos de servidores, advogados, membros do MP e magistrados; e
- que seja feito levantamento dos gastos com informática no Judiciário, com avaliação técnica dos valores e que se apurem os responsáveis se forem verificadas irregularidades.

Mudanças estatutárias

1-VACÂNCIA EM CARGO DA DIREÇÃO:

Em caso de ocorrer a vacância de menos da metade dos cargos da Diretoria Colegiada ou do Conselho Fiscal do Sindicato, a Diretoria Executiva convocará Assembleia Geral específica para preenchimento dos cargos vagos, em até 60 dias após a vacância, devendo a Assembleia realizar-se 30 dias após a sua convocação. Antes, o prazo para convocar Assembleia era de 30 dias.

2-ELEIÇÃO PARA O SINDICATO:

a)Os delegados ao Congresso, com direito a voz e voto, serão eleitos nos respectivos locais de trabalho, inclusive os membros da diretoria, que antes eram delegados natos.

b)Será fornecido um subsídio para campanha no percentual de 12% da média mensal da receita do primeiro semestre do ano da eleição, não ultrapassando o percentual de 2% dessa média por chapa. Antes o percentual era de 6%.

3-CRIAÇÃO DA INSTÂNCIA DA ASSEMBLEIA SETORIAL

As Assembleias Setoriais reunirão os membros da categoria de acordo com o setor do Judiciário em que prestam serviços, sempre que instalados em locais que, pela distância, dificultem o deslocamento de servidores de uma mesma Justiça de um para outro.

Justiça Federal: e-Proc corre perigo

CNJ votará se tribunais serão obrigados a remover todos seus *softwares* e migrar para o PJe

O site *Consultor Jurídico*, em matéria intitulada “CNJ estuda impor sistema único de processo eletrônico” e divulgada no final de outubro, noticia que deve entrar na pauta das próximas sessões do CNJ a votação de uma proposta de resolução que pretende obrigar os tribunais a instalar o PJe. Segundo a notícia, os conselheiros decidirão se os tribunais que já têm sistemas funcionando - mediante contratos firmados com empresas de *software* por licitação - serão obrigados a removê-los e migrar para o PJe, e se haverá um prazo para isso.

A minuta da resolução já desespera as cortes, segundo o site: “Pelo menos duas enviaram ofícios ao CNJ afirmando que uma determinação dessa natureza violaria a discricionariedade administrativa dos tribunais, que seriam obrigados a jogar fora todo o investimento já feito nos próprios sistemas para adotar outro cujo desempenho ainda é incerto. De acordo com os tribunais, contratos milionários estão em jogo, assim como anos de adaptações para se chegar ao formato atual.”

Apagão no Rio

Vários tribunais, mostra a notícia do *Consultor Jurídico*, estão enfrentando problemas com o PJe. No Rio de Janeiro, os processos trabalhistas estão parados há um mês devido a falhas do sistema. Não há audiências e nenhum processo novo é distribuído. Além disso, diversos processos, que já poderiam ter sido julgados, não vão para a segunda instância.

A OAB-RJ fez um abaixo assinado com mais de 20 mil assinaturas de advogados pedindo a volta da peti-



Miriam Abreu

Ato em São José na instalação do PJe

ção de papel para tentar amenizar os problemas causados pelo PJe.

O fato foi noticiado pelo jornal conservador *O Globo* semana passada com o título “‘Apagão digital’ afeta 130 mil processos na Justiça do Trabalho do Rio”.

Em outubro, diz o texto, o sistema instalado no TRT teve, no mês, apenas dois dias de funcionamento sem interrupções - 21 e 25. A movimentação de cerca de 130 mil processos que tramitam no estado ficou praticamente paralisada.

Em Santa Catarina não é diferente. Praticamente todo o dia o sistema falha no TRT-SC, conforme relatos de servidores do Tribunal e das Va-

ras. Essas informações revelam que a luta para que o PJe não se alastre da forma como está não é só da Justiça do Trabalho. Sistemas de ótimo funcionamento, como o e-Proc da JF, que está prestes a ter mais aperfeiçoamentos, como a automação de algumas etapas, correm risco. Os tribunais e seções judiciárias precisam se colocar contra a implantação do PJe enquanto ele não for um sistema eficiente e seguro.

A Coodenação do SINTRAJUSC já discutiu com diretores da Fenajufe a confecção de um documento ao CNJ para que os conselheiros suspendam ou pelo menos se abstenham de estender o PJe para mais unidades do Judiciário enquanto seu funcionamento não for eficiente.

Também foi discutida a necessidade de articulação dessa atividade com

a OAB nacional. Vale lembrar que foi uma empresa privada a se beneficiar dos contratos do PJe, mas são colegas do quadro que estão na labuta para tentar melhorá-lo. De todo

o modo, é lamentável que o Conselho insista em disseminar um programa inacabado. Há necessidade de os tribunais, entidades de juizes e advogados pressionarem o CNJ para evitar a disseminação de um sistema que não está pronto e é inseguro e instável.

O Plenário do TSE já aprovou, em setembro, Resolução que institui o PJe da Justiça Eleitoral como sistema informatizado de constituição e tramitação de processos judiciais na esfera da Justiça Eleitoral.

“PJe - Processo Judicial Eletrônico” no Facebook!
 “Fan Page” às avessas do PJE-JT, que inferniza servidores, magistrados e advogados. Quando ele der “erro inesperado”, “descurta” lá!